

ASSISTENTE SOCIAL

10/01/2016

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, peça ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
2. Este caderno contém 50 questões objetivas. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído, em caso de erro, durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. No cartão-resposta, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta na cor PRETA ou AZUL e fabricada em material transparente, preenchendo-se integralmente o alvéolo, rigorosamente dentro dos seus limites e sem rasuras.
5. Esta prova tem a duração de **quatro horas**, incluindo o tempo destinado à coleta de impressão digital, à leitura das instruções e à transcrição das respostas para o cartão-resposta.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorrido **duas horas** de prova, e somente será permitido levar o caderno de prova a partir das 11 horas, desde que permaneça na sala até esse horário.
7. Quando apenas três candidatos permanecerem na sala para terminar a prova, estes deverão aguardar até que o último a entregue e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual aporão suas respectivas assinaturas.
8. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.

Leia os textos 1 e 2 para responder às questões de 1 a 10.

Texto 1

O que é Responsabilidade Social?

- 1 A responsabilidade social é quando empresas, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo. É uma prática voluntária, pois não deve ser confundida exclusivamente com ações compulsórias impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos (como fiscais, por exemplo). O conceito, nessa visão, envolve o benefício da coletividade, seja ela relativa ao público interno (funcionários, acionistas, etc.) ou atores externos (comunidade, parceiros, meio ambiente, etc.).
- 2 Com o passar do tempo, tal concepção originou algumas variantes ou nuances. Assim, conceitos novos – muitas vezes, complementares, distintos ou redundantes – são usados para definir responsabilidade social, entre eles: Responsabilidade Social Corporativa (RSC), Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Responsabilidade Social Ambiental (RSA).
- 3 A chamada RSC é, na maioria dos casos, um conceito usado na literatura especializada, sobretudo para empresas, principalmente de grande porte, com preocupações sociais voltadas ao seu ambiente de negócios ou ao seu quadro de funcionários. O conceito de RSE, ainda que muitos vejam como sinônimo de RSC, tende a envolver um espectro mais amplo de beneficiários (*stakeholders*), envolvendo aí a qualidade de vida e bem-estar do público interno da empresa, mas também a redução de impactos negativos de sua atividade na comunidade e meio ambiente.
- 4 Na maioria das vezes, tais ações são acompanhadas pela adoção de uma mudança comportamental e de gestão que envolve maior transparência, ética e valores na relação com seus parceiros.

Críticas em relação ao papel das empresas na responsabilidade social

- 5 É importante frisar que o conceito não deve ser confundido com filantropia ou simples assistência social. Aqui, na lógica do “é melhor ensinar a pescar, do que dar o peixe”, entende-se responsabilidade social como um processo contínuo e de melhoria da empresa na sua relação com seus funcionários, comunidades e parceiros.
- 6 Não há viés assistencialista, uma vez que há uma lógica embutida de desenvolvimento sustentável e crescimento responsável.
- 7 A maior parte das empresas que adotam posturas socialmente responsáveis auferem um crescimento mais sustentável, ganhos de imagem e visibilidade e são menos propícias a litígios ou problemas judiciais.

Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/o-que-e-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

Texto 2

Ética na vida social e profissional

- 1 Em todas as áreas do conhecimento e mesmo no cotidiano, encontramos referências sobre Ética. Em administração e nos meios empresariais a expressão adquire, a cada dia, mais importância para a reputação de uma organização, por possuir valor imensurável. Por exemplo, na literatura da Administração, com frequência, há um capítulo especial dedicado exclusivamente à ética.
- 2 Mas, o que é Ética e por que é importante para a vida social e profissional?
- 3 A palavra Ética (do grego *ethos/etheia*) pode ser traduzida por “modo de ser” ou “caráter”. Os romanos traduziram-na para o latim *mos* – plural *mores* – que significa “costume”, vocábulo do qual se origina a palavra *Moral*. Estes conceitos referem-se a um tipo de comportamento que não é natural, mas adquirido por hábito. *Ética* e *Moral* referem-se a uma realidade humana, construída histórica e socialmente, fundamentadas nas relações coletivas dos seres humanos, nas sociedades onde nascem e vivem, e definem o melhor modo de viver e conviver. A ética possui caráter crítico e reflexivo, tornando-se reflexão crítica sobre a moral.
- 4 Difundida nos meios acadêmicos e nas instituições sociais, a ética define as relações que se estabelecem entre cidadãos e instituições, em que cada pessoa deverá saber avaliar, julgar, deliberar, escolher e decidir da melhor maneira possível, e de acordo com as circunstâncias, o que é melhor ou mais correto para todos os envolvidos. Entretanto, com frequência, vemos nos meios de comunicação notícias sobre importantes gestores que se envolvem em ações ilícitas ou fraudes dentro de organizações renomadas, tanto nacionais como internacionais, corrompendo tradições, culturas, valores e princípios. Toda empresa ou instituição reproduz a imagem e as ações de seus gestores e profissionais. No cotidiano profissional, é comum nos depararmos com problemas práticos e concretos ou situações que nos colocam diante de impasses e dilemas morais. Para efetuar escolhas, as quais pautam nossa conduta, nossas ações e nosso comportamento, e para chegarmos à melhor decisão diante de problemas complexos e intrincados é necessário que saibamos bem avaliar e refletir sobre o que será mais adequado e pertinente.
- 5 Se todas as nossas ações e decisões afetam as outras pessoas, para chegar a esse ideal ético precisamos de critérios ou regras. Ou seja, na vida social e profissional devemos criar regras capazes de coordenar e harmonizar as relações, estabelecer os limites que devemos obedecer e as limitações às quais será preciso submeter-nos. Contudo, não podemos esquecer que Ética é muito mais que obediência ou submissão, e devemos usar esses critérios e regras para medir o alcance das nossas possibilidades e a extensão das nossas limitações. Fazer isso com consciência é o primeiro passo: dizer não para o incorreto, denunciar e não cometer atos antiéticos, com toda certeza, são contributos para que num futuro próximo possamos viver em uma sociedade digna e ética.

Disponível em: <<http://blog.aiec.br/etica-na-vida-social-e-profissional/>>. Acesso em: 20 set 2015.

— QUESTÃO 1 —

Os textos 1 e 2 desenvolvem a mesma temática, centrada na preocupação com a

- (A) assistência integral às pessoas menos favorecidas, destituídas de bens materiais.
- (B) qualificação profissional dos cidadãos de baixa renda, visando ao controle social.
- (C) relação saudável entre o mercado de produção de bens e serviços e a sociedade.
- (D) beneficência à prevenção dos males para evitar faltas ao trabalho por problemas de saúde.

— QUESTÃO 2 —

Responsabilidade social e ética social e profissional estão em relação de

- (A) implicação mútua.
- (B) intersecção polarizada.
- (C) consequência legal.
- (D) restrição lógica.

— QUESTÃO 3 —

O alvo comum da responsabilidade e da ética sociais é

- (A) a classe menos atendida pelo governo.
- (B) o nível social de pouca instrução escolar.
- (C) a camada mais pobre da sociedade.
- (D) o bem comum de determinada coletividade.

— QUESTÃO 4 —

A ênfase no fato de que “responsabilidade social” não é assistencialismo, no Texto 1, tem o objetivo de conferir credibilidade aos dizeres do texto. O mesmo objetivo é encontrado no Texto 2. A estratégia discursiva do Texto 2 para conferir credibilidade ao dizer é a

- (A) mobilização de vozes de autoridade.
- (B) citação da origem etimológica dos conceitos.
- (C) enumeração de conhecimentos de base científica.
- (D) exemplificação dos fatos com base na estatística.

— QUESTÃO 5 —

Dos enunciados “Com o passar do tempo, tal concepção originou algumas variantes ou nuances. Assim, conceitos novos [...] são usados para definir responsabilidade social”, no Texto 1, e “*Ética e Moral* referem-se a uma realidade humana, construída histórica e socialmente, fundamentadas nas relações coletivas dos seres humanos, nas sociedades onde nascem e vivem, e definem o melhor modo de viver e conviver”, no Texto 2, infere-se que

- (A) as formulações teóricas são construtos rígidos elaborados por especialistas.
- (B) os pensadores sociais são limitados às suas teorias.
- (C) as concepções de mundo inibem o olhar dos pesquisadores.
- (D) os conceitos teóricos estão a serviço da realidade social na qual se inserem.

— QUESTÃO 6 —

Do enunciado “Não há viés assistencialista, uma vez que há uma lógica embutida de desenvolvimento sustentável e crescimento responsável”, no Texto 1, pressupõe-se que

- (A) assistencialismo social e crescimento econômico são incompatíveis.
- (B) assistencialismo social e ações sustentáveis são programas de governo.
- (C) assistencialismo social e responsabilidade ética são construídos pelas empresas.
- (D) assistencialismo social e solidariedade humana são atrasos sociais.

— QUESTÃO 7 —

A expressão “Na maioria das vezes”, no trecho “Na maioria das vezes, tais ações são acompanhadas pela adoção de uma mudança comportamental e de gestão que envolve maior transparência, ética e valores na relação com seus parceiros”, no Texto 2, funciona como um indicador de

- (A) generalização da aplicação da responsabilidade das empresas.
- (B) restrição da atuação da conduta ética dos profissionais.
- (C) seleção dos alvos alcançados pelas ações morais dos funcionários das empresas.
- (D) universalização dos valores humanos e sociais defendidos pelos atores sociais.

— QUESTÃO 8 —

No enunciado “Contudo, não podemos esquecer que Ética é muito mais que obediência ou submissão, e devemos usar esses critérios e regras para medir o alcance das nossas possibilidades e a extensão das nossas limitações”, o termo “contudo” evidencia que regra social, de forma geral, é entendida como


- (A) acordo, consenso e diálogo.
- (B) norma de comportamento a ser seguida.
- (C) opressão, subjugação e resistência.
- (D) maneira individual de agir em espaços públicos.

Releia os textos 1 e 2 e leia o Texto 3 para responder às questões 9 e 10.

Texto 3

Crescimento Populacional: A Chave

- Mais de 7.2 bilhões de pessoas no mundo em 2015
- Previsão de mais de 10 bilhões de habitantes em 2050
- Cerca de 95% do futuro crescimento populacional ocorrerá nos países em desenvolvimento
- Cerca de 50% da população mundial vive com menos de \$2 por dia, o que tende a piorar no futuro

14 

Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/1252400/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

— QUESTÃO 9 —

De acordo com o Texto 3, a população mundial tende a aumentar no futuro e, com isso, considerando a renda *per capita*, haverá aumento

- (A) da poluição mundial.
- (B) do investimento cultural.
- (C) do índice de violência.
- (D) da desigualdade social.

— QUESTÃO 10 —

Considerando as preocupações com responsabilidade e ética sociais e profissionais, expressas nos textos 1 e 2, das estatísticas apresentadas no Texto 3, infere-se que, no futuro,

- (A) as empresas devem concentrar seus investimentos na promoção das relações humanas.
- (B) os setores do mercado de investimento de futuro devem ampliar seus campos de atuação para garantir o faturamento.
- (C) as ações de assistencialismo social serão insuficientes para toda a população mundial.
- (D) os mecanismos de distribuição de renda serão alterados para atender às demandas sociais.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 11 —

O Serviço Social no Brasil origina-se da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Esse processo ocorre quando

- (A) a política neoliberal se acirra e o Estado se desobriga a dar respostas à questão social, em razão de seu projeto não incluir a universalização do atendimento de demandas sociais.
- (B) a questão social emerge devido ao crescimento numérico do proletariado e à solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam o seu conjunto.
- (C) os sindicatos se desmobilizam, devido à cooptação por parte do Estado, e os problemas sociais passam a ser resolvidos por meio de intervenção da polícia e das políticas públicas.
- (D) a Igreja se abre para as questões políticas e passa a abarcar, dentre suas ações, projetos voltados para a área social, dando origem aos preceitos da Teologia da Libertação.

— QUESTÃO 12 —

Na década de 1930, os parâmetros orientadores do pensamento e da ação do emergente serviço social tinham sustentação na

- (A) teoria social positivista do serviço social americano.
- (B) doutrina social da Igreja, no ideário franco-belga.
- (C) teoria social crítica, no marxismo althusseriano.
- (D) ontologia do ser social, de George Lukács.

— QUESTÃO 13 —

Fundamentado no referencial teórico-crítico, o serviço social passa a ser constituído de três dimensões:

- (A) teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.
- (B) técnico-instrumentais, metódico-operativas e ético-políticas.
- (C) endógeno-políticas, socioassistenciais e empírico-técnicas.
- (D) funcional-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas.

— QUESTÃO 14 —

Netto (1999) considera a construção do projeto ético-político como um marco para o Serviço Social brasileiro. Esse projeto enfrenta e denuncia especialmente o

- (A) reducionismo profissional.
- (B) conservadorismo profissional.
- (C) pluralismo profissional.
- (D) corporativismo profissional.

— QUESTÃO 15 —

Os principais documentos que fundamentam a perspectiva modernizadora do Serviço Social possuem forte inspiração funcionalista e estruturalista. São documentos de

- (A) Teresópolis e de BH.
- (B) Araxá e de Sumaré.
- (C) Alto da Boa Vista e de Teresópolis.
- (D) Araxá e de Teresópolis.

— QUESTÃO 16 —

Iamamoto (1982) afirma que, historicamente, a questão social está relacionada

- (A) ao posicionamento da ala progressista da Igreja católica em favor da igualdade de oportunidades entre os cristãos.
- (B) à luta do socialismo-comunismo como processo que leva à emancipação humana.
- (C) à luta das feministas no combate à tradição patriarcal, que as impedia de terem uma vida livre, justa e igualitária.
- (D) ao surgimento da classe operária e seu ingresso no cenário político por meio da luta em prol dos direitos trabalhistas.

— QUESTÃO 17 —

A partir da década de 1980, o Serviço Social apropria-se do pensamento de Antonio Gramsci. As principais contribuições desse pensador para a fundamentação teórica do Serviço Social referem-se à discussão

- (A) do pluralismo de ideias, da interdisciplinaridade, do conservadorismo, da democracia e da subjetividade.
- (B) do Estado, do trabalho, da democracia, da interdisciplinaridade e da cultura das classes subalternas.
- (C) do Estado, da sociedade civil, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas.
- (D) da ideologia, da democracia, da modernidade, das classes subalternas e do conservadorismo político.

— QUESTÃO 18 —

No tocante à luta por equidade, justiça social, direitos humanos e democracia na perspectiva de uma nova ordem societária, o Código de ética do assistente social trata da

- (A) defesa das necessidades dos indivíduos.
- (B) igualdade de oportunidades dos usuários.
- (C) vulnerabilidade social da população.
- (D) emancipação humana.

— QUESTÃO 19 —

Ao discutir a constituição do projeto ético-político do serviço social, Netto (2009) refere-se a *projetos societários*. O traço peculiar desses projetos reside no fato de serem

- (A) autônomos, como resposta às sociedades ditatoriais e totalitárias.
- (B) coletivos, como plataforma de partidos políticos comprometidos com a transformação da sociedade.
- (C) revolucionários, como alternativa de diferentes categorias profissionais para que se alcance uma sociedade mais justa.
- (D) macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade, constituindo projetos de classe.

— QUESTÃO 20 —

Os *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social* pressupõem, dentre outros aspectos, o fazer profissional do assistente social, em equipe interdisciplinar. Nesse sentido, esse profissional deve

- (A) assumir uma postura propositiva, pragmática e racional, que possa romper com a visão de subalternidade da profissão.
- (B) contribuir com a construção de proposta ético-política profissional que não fragmenta o sujeito usuário desta política.
- (C) exercer a supremacia na análise crítica da realidade, amparado na sua formação e experiência, com vistas à construção da proposta coletiva de trabalho.
- (D) garantir que a direção do trabalho interdisciplinar seja orientada pelas demandas individuais, para que se obtenham soluções a curto prazo.

— QUESTÃO 21 —

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional demanda a atuação do assistente social em uma perspectiva totalizante. A atuação profissional nessa perspectiva deve basear-se na

- (A) identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais, objetivando seu enfrentamento.
- (B) compreensão da relação existente entre as demandas individuais e as coletivas, visando resolver prontamente as demandas individuais.
- (C) apreensão das partes que compõem o todo social para a identificação dos problemas que exigem intervenção.
- (D) percepção da subjetividade do sujeito, que assume papel determinante na possível transformação da realidade social.

— QUESTÃO 22 —

O Código de Ética do Assistente Social prescreve deveres para esse profissional, entre os quais está

- (A) a participação na elaboração e no gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais.
- (B) o compromisso de colocar-se a serviço do bem comum da sociedade, sem permitir que prevaleça qualquer interesse particular ou de classe.
- (C) a prestação de informações dentro dos limites do estritamente necessário em trabalho multidisciplinar.
- (D) o empenho na viabilização dos direitos sociais dos usuários, por intermédio de programas e políticas sociais.

— QUESTÃO 23 —

O Código de Ética do/a Assistente Social prevê a quebra do sigilo profissional na seguinte condição:

- (A) situações cuja gravidade possa trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
- (B) envolvimento do usuário com a contravenção, implicando a obstrução da justiça.
- (C) situação de má-fé do usuário para obter benefícios institucionais de maneira privilegiada.
- (D) manifestação da intenção do usuário em burlar a lei e prejudicar outrem nos seus direitos individuais.

— QUESTÃO 24 —

O Código de Ética prevê como direito do assistente social:

- (A) ter acesso a aprimoramento profissional de forma contínua, com fundamento nos princípios deste código.
- (B) participar da vida institucional, adequando-se às normas que a regulam, ainda que almejando sua alteração por meio de reformas.
- (C) fixar os honorários profissionais com moderação, todavia, respeitando a competência e o renome profissional.
- (D) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.

— QUESTÃO 25 —

No cenário contemporâneo, o Serviço Social tem enfrentado inúmeros desafios. Em relação à Política de Assistência Social, Yazbek (2009) afirma que um dos principais desafios tem sido a

- (A) inserção no âmbito das políticas públicas.
- (B) desvinculação de seu perfil filantrópico.
- (C) reafirmação como política da Seguridade Social.
- (D) associação à política de saúde.

— QUESTÃO 26 —

Para Simionatto (2009), as transformações societárias ocorridas ao longo da década de 1990 implicaram mudanças no mundo do trabalho. O Serviço Social não fica fora desta realidade e é atingido em sua formação, nos espaços ocupacionais e nas condições de trabalho. O assistente social vê comprometida a concretização do seu Projeto ético-político. Desse modo, há uma tendência de

- (A) reduzir a prática profissional à mera identificação das demandas e a seu atendimento focalizado, com suporte teórico elementar, limitando-se à apreensão imediata da realidade.
- (B) despolitizar a categoria, devido aos rumos institucionalizados legalistas, reforçando o enfoque psicologizante e moralizador centrado no indivíduo e na família.
- (C) adaptar o indivíduo ao meio, reforçando a ideia de que a questão social é um mero desajustamento social e as causas das mazelas sociais se encontram no indivíduo.
- (D) centrar a ação profissional na ética moral repercutindo sobre valores e comportamentos de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes.

— QUESTÃO 27 —

A materialização das diversas dimensões interventivas mencionadas nos *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social* pode se desdobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos. Entre essas ações está a seguinte:

- (A) fiscalizar as ações das organizações não governamentais que estejam vinculadas à assistência social com ações voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social.
- (B) estimular a organização coletiva e orientar os usuários e trabalhadores que atuam na política de Assistência Social a constituir entidades representativas.
- (C) prestar atendimento socioterapêutico a indivíduos e famílias, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais.
- (D) realizar atendimentos emergenciais a indivíduos ou famílias que têm acesso a benefícios de transferência de renda, para assegurar monitoramento ininterrupto.

— QUESTÃO 28 —

Para Iamamoto (2009), na contemporaneidade, nos diferentes espaços socio-ocupacionais, o desafio posto ao assistente social é o de ser um profissional criativo e propositivo, tendo em vista demandas emergentes no cotidiano. Isso exige dele, decifrar a realidade, ter um olhar crítico do cenário ocupacional, bem como

- (A) empenhar-se na efetivação de propostas de trabalho articuladas à setorização das lutas sociais.
- (B) capacitar-se para responder às profundas inovações tecnológicas e organizacionais em curso.
- (C) apropriar-se das demandas potenciais que se colocam historicamente à profissão.
- (D) capacitar-se para responder às novas questões sociais relacionadas aos processos da globalização.

— QUESTÃO 29 —

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando, dentre outros,

- (A) a execução dos serviços de forma padronizada, o maior controle do Estado e a universalização dessa política.
- (B) a normatização dos padrões dos serviços, a qualidade no atendimento, os indicadores de avaliação e resultado.
- (C) a gestão estadual dessa política, o controle por meio de indicadores de resultados e a qualidade dos serviços prestados.
- (D) o repasse de recursos financeiros aos estados, a regionalização dos serviços e a manutenção de programas de atendimento aos indivíduos.

— QUESTÃO 30 —

A agenda neoliberal vem incidindo radicalmente no universo do trabalho e dos direitos, provocando mudanças, tais como

- (A) a desresponsabilização do Estado pela proteção social e a responsabilização da sociedade civil e da família.
- (B) a desaceleração do desgaste da força de trabalho, pela implementação de políticas sociais sustentadas por legislação social que garanta direitos sociais ao trabalhador e a sua família.
- (C) a associação entre investimento público e investimento privado, ampliando os ganhos de produtividade e o consumo das famílias.
- (D) a redução da produtividade no plano microeconômico, com elevação dos custos em função dos preços da força de trabalho, dos insumos e da obsolescência tecnológica.

— QUESTÃO 31 —

Iamamoto (2001), ao refletir acerca das incidências das transformações ocorridas no mundo do trabalho sobre a classe trabalhadora, afirma que as alterações atingem inclusive os países considerados desenvolvidos. As mudanças podem ser identificadas

- (A) pela precarização do trabalho feminino, em razão de esse segmento ter um baixo nível de organização sindical.
- (B) pelo desemprego, que gera estoques da força de trabalho “descartáveis” para o mercado de trabalho.
- (C) pela presença de relações de trabalho clandestinas, com grande recorrência do trabalho escravo.
- (D) pela concorrência entre trabalhadores locais e imigrantes, que se sujeitam a precárias condições de trabalho.

— QUESTÃO 32 —

Conforme Antunes (2005), as transformações no mundo do trabalho são expressões da reorganização do capital, com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação. Como reflexo na organização da classe trabalhadora, a reorganização do capital contribuiu para

- (A) a retomada das lutas sindicais e a emergência do sindicalismo autêntico, que buscou livrar-se da custódia do Estado.
- (B) o fortalecimento da politização das mulheres trabalhadoras o que impulsionou a luta contra as péssimas condições e as longas jornadas de trabalho, além do assédio constante de seus patrões.
- (C) a existência de clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista.
- (D) o alargamento da participação dos sindicatos operários nas instâncias de controle democrático e garantiu influência nas políticas de Estado.

— QUESTÃO 33 —

Antunes (2001), ao tratar do trabalho feminino, reflete acerca da duplicidade da jornada desse segmento. Sobre esse aspecto, o autor afirma que, no âmbito da vida privada, o trabalho feminino

- (A) vem sendo incorporado ao setor de serviços, proporcionando à mulher mais condições de se dedicar ao trabalho assalariado.
- (B) é desvalorizado e precarizado nos mesmos moldes do trabalho assalariado, ainda que não seja alcançado pela exploração capitalista.
- (C) cria condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho, tornando-se imprescindível ao capital.
- (D) insere-se nas “piores formas de trabalho”, o que corresponde ao interesse do capital de erradicá-lo, para liberação da mulher para o trabalho assalariado.

— QUESTÃO 34 —

Marco da história da assistência social no Brasil, a Constituição Federal de 1988 a incluiu como política pública de proteção social, não contributiva, concebida para garantir

- (A) o atendimento às necessidades básicas.
- (B) a superação das iniquidades sociais.
- (C) a satisfação do bem-estar social.
- (D) a provisão das necessidades humanas.

— QUESTÃO 35 —

O princípio da matricialidade sociofamiliar na proteção social a que se refere o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) significa que

- (A) a mulher é priorizada nos programas de assistência social, por constituir, em grande número, chefe de família.
- (B) a família é reconhecida como o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.
- (C) a família nuclear é considerada base da sociedade, tornando-se alvo principal das ações de assistência social.
- (D) o indivíduo é o sujeito alvo das ações da assistência social, sendo priorizado quando inserido na família de origem.

— QUESTÃO 36 —

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), art. 30, condiciona o repasse financeiro aos municípios, estados e Distrito Federal à existência do plano de assistência social, do fundo de assistência social e

- (A) do programa de assistência social.
- (B) do conselho de assistência social.
- (C) da avaliação da política de assistência social.
- (D) da conferência de assistência social.

— QUESTÃO 37 —

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o direito a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é conferido

- (A) às famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social decorrente do trabalho infantil e que comprovem não ter meios para prover sua própria manutenção.
- (B) à mulher, chefe de família monoparental, com dois ou mais filhos menores de idade que frequentem a escola e cuja renda *per capita* seja igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo.
- (C) à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais, que tenham contribuído pelo menos uma vez com a previdência social e que comprovem não possuir meios para prover sua manutenção.
- (D) à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

— QUESTÃO 38 —

Conforme art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população, denominam-se serviços

- (A) socioassistenciais.
- (B) socioprotetivos.
- (C) socioeducativos.
- (D) socioinclusivos.

— QUESTÃO 39 —

O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em área de vulnerabilidade social. Atua com

- (A) adolescentes em conflito com a lei, executando ações para seu retorno à convivência familiar e ressocialização.
- (B) pessoas em situação de rua e suas famílias, objetivando seu retorno à convivência familiar e comunitária.
- (C) organizações não governamentais voltadas à assistência social, dando suporte às ações destas.
- (D) famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário.

— QUESTÃO 40 —

Na perspectiva de potencializar e fortalecer a proteção, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) direciona o foco das ações para

- (A) a escola.
- (B) a comunidade.
- (C) a família.
- (D) o município.

— QUESTÃO 41 —

A NOB/SUAS (2006) define as equipes de referência para atuação no âmbito da proteção social básica e da proteção especial de média e alta complexidade. Assim, a NOB/SUAS determina que essas equipes devem

- (A) ser compostas por, no mínimo, um assistente social.
- (B) ser coordenadas, preferencialmente por um assistente social.
- (C) ser compostas preferencialmente por um assistente social com especialização em política social.
- (D) contar, se possível, com um assistente social.

— QUESTÃO 42 —

Sob a perspectiva da universalização dos direitos sociais, a política de assistência é

- (A) meritocrática.
- (B) redistributiva.
- (C) progressiva.
- (D) seletiva.

— QUESTÃO 43 —

O art. 223 da Constituição Federal (CF) de 1988 foi regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Em cumprimento da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, o ECA determina que incumbe ao orientador

- (A) possibilitar o acesso do adolescente a programas culturais e socioeducativos que ampliem seus conhecimentos gerais.
- (B) supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, garantido, inclusive, sua matrícula na rede escolar.
- (C) prestar atendimento assistencial contínuo ao adolescente, com visitas domiciliares periódicas para averiguação das condições familiares.
- (D) encaminhar o adolescente para um centro de internação em caso de não cumprimento de uma das ações determinadas pelo programa.

— QUESTÃO 44 —

Bravo (2009) considera a participação dos assistentes sociais nas instâncias públicas de controle social articuladas aos movimentos sociais, com vistas

- (A) ao aprofundamento da função educativa, da competência técnica e do poder institucional para decodificar e selecionar situações e indivíduos para usufruir dos bens e serviços socialmente produzidos.
- (B) à possibilidade de desvencilhar-se da subalternidade, presente nas protoformas da profissão, impregnadas pela filosofia tomista.
- (C) à possibilidade de fortalecer os sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, tendo como horizonte a emancipação humana.
- (D) ao fortalecimento do compromisso ético-político do serviço social com um projeto societário reformista voltado para a contestação e superação da ordem burguesa.

— QUESTÃO 45 —

No Brasil, o controle social foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que criou instrumentos, para que a sociedade possa exercer o seu papel, participando e controlando as ações do Estado. Entre os canais de participação legalmente constituídos para o exercício do controle social estão

- (A) os Conselhos de Políticas Públicas.
- (B) os Conselhos Tutelares.
- (C) os Sindicatos Profissionais.
- (D) as Assembleias Populares.

— QUESTÃO 46 —

Na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, em relação à área social, a Carta Magna de 1988 assinalou

- (A) o caráter privatista da política de saúde.
- (B) a ampliação dos direitos sociais.
- (C) a primazia da cidadania regulada.
- (D) o caráter universalista da previdência social.

— QUESTÃO 47 —

O controle social exercido pelos conselhos de assistência social ocorre mediante discussão, análise, acompanhamento e aprovação de dois instrumentos de planejamento da política pública:

- (A) programas estaduais de assistência social e projetos municipais.
- (B) planos de assistência social e projetos específicos de cada esfera de poder (segmento).
- (C) programas municipais de assistência social e orçamento participativo.
- (D) planos de assistência social e orçamento correspondente.

— QUESTÃO 48 —

A cultura política brasileira arraigada no clientelismo e na lógica do favor é um dos elementos que fragiliza o controle social, a efetivação dos direitos e a democratização do espaço público. Para Bravo (2009), articulada ao projeto ético-político do serviço social, a participação nos espaços de controle democrático requer estratégias, como

- (A) priorização da ação militante, pelo caráter ideológico que o sujeito imprime no trato das políticas públicas, assumindo uma postura de *missão* em busca da justiça social.
- (B) capacitação dos sujeitos sem a clivagem de classe com base nos interesses comuns, visando minimizar a desigualdade social.
- (C) legitimação da sociedade civil como polo de todas as virtudes, lócus de resolução de problemas e responsável por tarefas inerentes à esfera estatal.
- (D) capacitação dos sujeitos, a fim de que ocorra uma intervenção qualificada e propositiva voltada para exigir seus direitos e pressionar o poder público.

— QUESTÃO 49 —

O Estatuto do Idoso é um importante instrumento de garantia dos direitos dos idosos no Brasil. Entre seus direitos fundamentais, essa lei estabelece que é

- (A) obrigatório o atendimento do idoso nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), quando se tratar de pessoa de baixa renda, que não tenha condições de ser provido pela família e que necessite de repasse de benefícios.
- (B) facultado aos planos de saúde a cobrança de valores diferenciados em razão da idade dos idosos que apresentarem doenças preexistentes e necessitarem de cuidados paliativos permanentes.
- (C) obrigatório ao Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas, que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.
- (D) imposto ao Poder Público o provimento do sustento do idoso, quando seus familiares não possuírem condições econômicas para essa provisão, o que será viabilizado pela previdência social.

— QUESTÃO 50 —

Na cena contemporânea, o controle democrático apresenta contradições entre o legalmente assegurado e o que vem sendo efetivado na prática, principalmente em relação à

- (A) legitimação das instâncias de controle social como lócus político diante do refluxo dos movimentos sociais.
- (B) agilização da burocracia, sem discussão dos assuntos em comissões permanentes, com aprovação direta na plenária, legitimando a decisão na base.
- (C) construção de uma cultura alicerçada nos pilares da democracia participativa, ou seja, a possibilidade da democracia de massas.
- (D) participação da sociedade nesses espaços como agente fundamental da transformação do Estado e da sociedade.